

## Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

### Anúncio n.º 43/2024 de 15 de fevereiro de 2024

---

#### 1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (\*)

Região Autónoma dos Açores

Serviço/órgão/pessoa de contato

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Endereço (\*)

Largo do Colégio, n.º 4

Código postal (\*)

9500-054

Localidade (\*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296 206 200

Fax (00351)

296 629 249

Endereço eletrónico (\*)

srtmi-info@azores.gov.pt

#### 2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (\*)

Aquisição de serviços de elaboração do projeto de definição/reabilitação da rede ITED e de rede wireless de cada escola da Região Autónoma dos Açores (RAA) – Lotes 2 e 4

Descrição sucinta do objeto do contrato

A aquisição visa reabilitar e implementar redes ITED e wireless, com velocidades acima de 1Gb, nas escolas da RAA ao abrigo do PRR

Tipo de contrato

aquisição de serviços (\*). Caso seja "Outro", indique qual: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Classificação CPV (1) (\*)

71318000-0

#### 3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (\*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (\*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (\*):

- até: [Clique aqui para introduzir uma data.](#)

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (\*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (\*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (\*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (\*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (\*) não

É adotada uma fase de negociação? (\*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (\*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (\*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (\*) não

5 - Divisão em lotes (\*) sim:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (\*)

2

Designação do lote (\*)

Santa Maria e São Miguel (II/II)

Descrição sucinta do objeto do lote (\*)

Elaboração dos projetos para uma parte das escolas das ilhas de São Miguel e Santa Maria

Classificação CPV (2) (\*)

71318000-0

Lote n.º (\*)

4

Designação do lote (\*)

Pico, faial e São Jorge

Descrição sucinta do objeto do lote (\*)

Elaboração dos projetos para as escolas das ilhas do Pico, Faial e São Jorge

Classificação CPV (2) (\*)

71318000-0

6 - Local da execução do contrato (\*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Açores

Concelho:

Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste, Horta, Lajes do Pico, Madalena, São Roque, Velas e Calheta de São Jorge

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (\*):

210 dias ou Clique aqui para introduzir texto. meses

8 - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo III do RJCPRAA;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

i - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

ii - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva;

d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5. Em caso de indisponibilidade da plataforma eletrónica acinGov, o adjudicatário deve enviar os documentos de habilitação para o endereço de correio eletrónico indicado no Artigo 2.º do presente programa, devendo, em qualquer caso, a sua receção ocorrer dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo.

6. Em caso de fundada dúvida sobre o conteúdo ou autenticidade das reproduções de documentos apresentadas, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir a apresentação de originais no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica acinGov.

8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (\*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (\*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (\*)

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Endereço desse serviço (\*)

Largo do Colégio, n.º 4

Código postal (\*)

9500-054

Localidade (\*)

Telefone (00351)

296 206 200

Fax (00351)

296 629 249

Endereço eletrónico (\*)

SRTMI-info@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (\*)

<https://www.acingov.pt>

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Gratuito

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (\*):

Até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (\*):

210 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (\*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (\*)

Preço: 40%; Qualidade técnica da proposta: 60% (o modelo de avaliação das propostas consta no anexo IV ao programa de concurso)

14 - Dispensa de prestação de caução - não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (\*)

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

Endereço (\*)

Largo do Colégio, 4

Código postal (\*)

9500-054

Localidade (\*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296 206 200

Fax (00351)

296 629 249

Endereço eletrónico (\*)

srtmi-info@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

10 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores (\*)

14-02-2024

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? sim (\*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (\*)

18 - Outras informações

Preço base de 95.350,00€ (noventa e cinco mil trezentos e cinquenta euros)

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (\*) *Pedro Miguel Fernandes Azevedo*

Cargo ou função (\*) Diretor Regional das Obras Públicas

(\*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.